

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 06, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 14 de março de 2018, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e

CONSIDERANDO o disposto no Art. 16 do Decreto 7.746, de 05 de junho de 2012;

CONSIDERANDO as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal do Tocantins, conforme anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo da Resolução nº 06/2018 - Consuni
Aprovada à atualização pelo Conselho Universitário em 14 de março de 2018.

**Palmas/TO
2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 06/2018 – CONSUNI

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS



UFT Sustentável
Energética



UFT Sustentável
Arborização



UFT Sustentável
Ambiental

Diretoria de
Sustentabilidade



MEMBROS DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFT

NOME	SETOR DE REPRESENTAÇÃO
Aurélio Pessoa Picanço	DSMA/Reitoria
Clístenes Barros Paiva	PROGRAD
Dimas Magalhães Neto	PROEX
Fábio Pessoa Vieira	Câmpus de Tocantinópolis
Glenda Ferreira Gomes	PROPESQ
Ilana Marques de Jesus Beltrão	Prefeitura da UFT
Jandislau José Lui	Câmpus de Gurupi
Jean Carlos Rodrigues	Câmpus de Araguaína
Layanna Giordana Bernardo Lima	Câmpus de Miracema
Luciano Almeida Ferreira	PROEST
Marcia da Costa Rodrigues de Camargo	Câmpus de Palmas
Marcus Vinicius Santos de Oliveira	Câmpus de Arraias
Michelle M. Semiguen Lima Trombini Duarte	PROAP
Rita de Cássia Batista Silva	PROAD
Roberto de Souza Santos	Câmpus de Porto Nacional
Thiago de Cesaro	PROGEDEP
Vanderlan Carneiro Dias	DSMA/Reitoria

SUMÁRIO

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	3
1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. OBJETIVOS.....	9
2.1. OBJETIVO GERAL	9
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
3. SITUAÇÃO ATUAL - PLANO DE GESTÃO E LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFT	10
4. METODOLOGIA.....	11
5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA ATUALIZAÇÃO DO PLS.....	12
6. PLANO DE AÇÃO.....	14
6.1. GESTÃO ENERGÉTICA EFICIENTE	14
6.1.1. ENERGIA ELÉTRICA	14
6.2. GESTÃO DA ARQUITETURA DA PAISAGEM	17
6.2.1. SOCIAL E EDUCACIONAL	17
6.2.1. QUALIDADE DE VIDA NOS AMBIENTES	19
Ricos e Desafios	23
6.3. GESTÃO EM SANEAMENTO AMBIENTAL.....	24
6.3.1. RESÍDUOS SÓLIDOS E COLETA SELETIVA	24
6.3.2. ÁGUA E ESGOTO	27
6.3.3. MATERIAL DE CONSUMO.....	29
6.3.4. COMPRAS SUSTENTÁVEIS	32
7. PERSPECTIVAS DE MUDANÇA COM A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO	35
8. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS.....	36
9. CONSIDERAIS FINAIS	40
10. REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	41

1. APRESENTAÇÃO

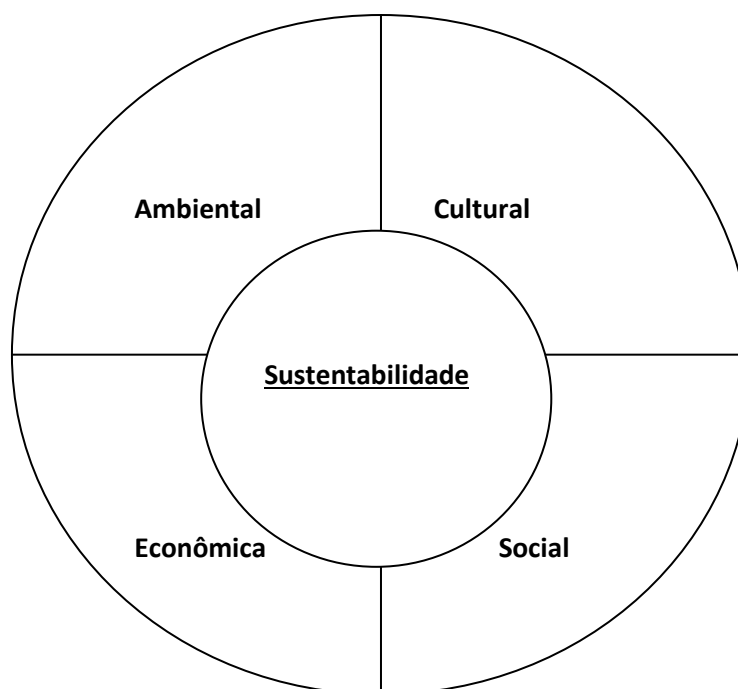
O Governo Federal, por meio do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, publicou no dia 12 de novembro de 2012 a Instrução Normativa (IN) nº 10. Nesta, o MPOG define as regras para a elaboração dos Planos de Gestão e Logística Sustentável (PLS) (na UFT denominado apenas de PLS/UFT) e a criação da Comissão Gestora de Logística Sustentável em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, conforme determinava a alínea "b" do inciso I do art. 11 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

A primeira Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi criada através da Portaria nº 1.541, de 26 de agosto de 2013, composta por 07 (sete) membros, todos servidores federais das Pró-Reitorias de Planejamento, Administração e Finanças e da Prefeitura Universitária. A partir de 2017, atendendo a necessidade de revisão, complementação e ampliação do PLS/UFT, a IFES insistiu nova comissão a partir da Portaria nº 1.699, de 30 de agosto de 2017, desta vez composta por 15 membros, com 01 (um) representante de cada Pró-Reitoria da Instituição; 01 (um) representante de cada Câmpus da Universidade Federal do Tocantins; 01 representante da Prefeitura Universitária; e 01 (um) representante da Diretoria de Comunicação (DICOM)/UFT. E os trabalhos da reelaboração do PLS/UFT ficou sob a responsabilidade e gerenciamento da Diretoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente (DSMA)/UFT.

Por meio do Memorando n.º 33/2017 da DSMA, a primeira reunião da nova comissão do PLS/UFT foi convocada em 21 de agosto de 2017 e realizada em 30 de agosto de 2017 nas dependências da Prefeitura Universitária (PU/UFT), no Câmpus de Palmas da UFT, coordenada pelo Diretor da DSMA/UFT, Prof. Dr. Aurélio Pessoa Picanço, e pelo Coordenador de Paisagismo de Meio Ambiente da DSMA/UFT, MSc. Vanderlan C. Dias. Nela, além da apresentação dos novos integrantes, o Diretor e o Coordenador da DSMA/UFT apresentaram o primeiro PLS/UFT (2013), bem como as fundamentações legais e jurídicas que norteariam a elaboração do novo PLS/UFT.

O entendimento comum da nova comissão do PLS/UFT é a de que a nova proposta deveria contemplar 04 (quatro) dimensões básicas que, integradas, poderiam contribuir para a formação de um pensamento sustentável na UFT, e quiçá, transmitir novos valores sustentáveis a toda comunidade acadêmica (servidores docentes e técnicos, além de alunos e colaboradores terceirizados) para além dos muros da Universidade. São elas as quatro dimensões: ambiental, cultural, econômica e social, conforme o diagrama 1.

DIAGRAMA 1: Dimensões de Sustentabilidade



O PLS/UFT organiza suas gestões e ações em três eixos, a saber:

- a) Gestão Energética;
- b) Gestão de Arquitetura de Paisagem;
- c) Gestão de Saneamento Ambiental.

Em cada um desses eixos, o PLS/UFT propõe projetos e ações que visam construir um meio ambiente sustentável do ponto de vista dos recursos naturais, dos recursos humanos, dos recursos materiais, e da promoção da qualidade de vida entre aqueles que convivem nos 07 (sete) Câmpus da UFT distribuídos pelo Estado do Tocantins. Estes projetos, ações e metas visam atender ao que está disposto no artigo 3º da IN nº 10/2012, que diz: “Os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública”.

Conceitualmente, a “A3P” é “[...] *um programa que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública,*

através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho” (BRASIL, 2009).

A implantação da “A3P” possui um papel estratégico na revisão dos padrões de produção, consumo e adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental, no âmbito da administração pública, e requer um planejamento estratégico integrado, onde ações de educação ambiental e conscientização farão com que o servidor deixe de ser um agente passivo e se torne um agente de mudança comportamental e formador de opinião (BRASIL, 2009).

Para, além disso, por meio da assinatura de um Termo de Adesão, a organização formaliza um compromisso junto ao MMA, em instituir a A3P de maneira que contemple os eixos temáticos estabelecidos, descrevendo metas, ações de planejamento e cronograma a ser seguido (BRASIL, 2009).

Partindo dessa prerrogativa, este PLS preconiza a obtenção e a viabilidade real de implantação da A3P, ou seja, uma nova visão socioambiental para a Universidade Federal do Tocantins, onde foi verificada a necessidade de adequação da instituição quanto às instruções estabelecidas na agenda “A3P”.

Para que fosse abrangente e funcional, a A3P foi dividida em 5 eixos temáticos, os quais nomeiam-se (BRASIL, 2009):

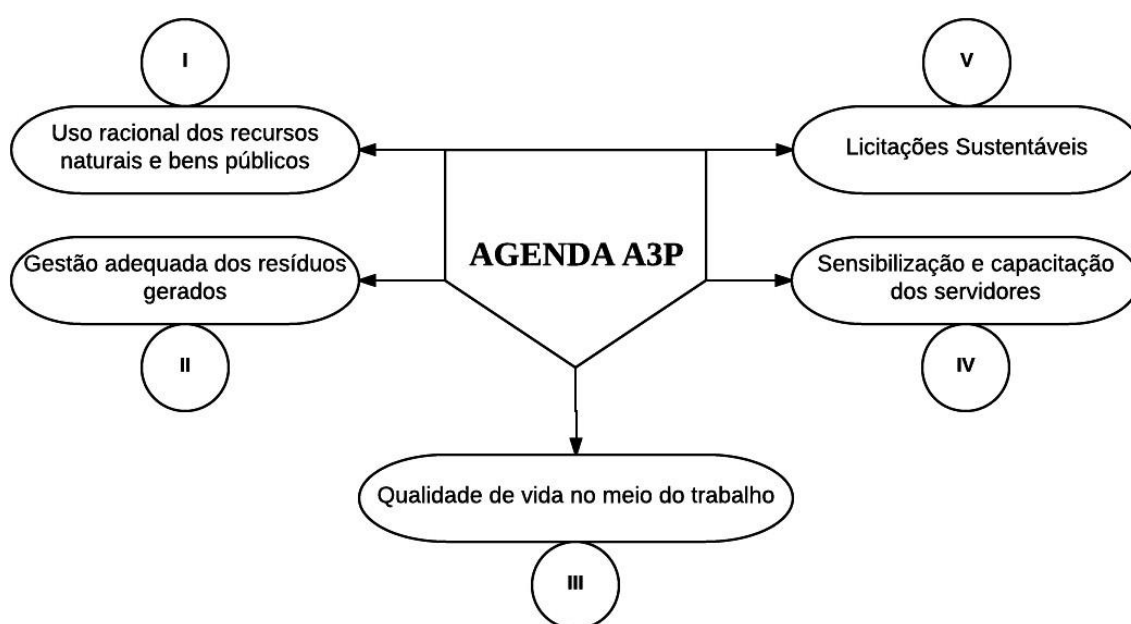


Figura 1– Os cinco eixos temáticos da A3P (A autora, 2017 – adaptado de BRASIL, 2009)

A intenção da A3P é criar uma cultura de responsabilidade socioambiental na administração pública e, para tanto, os eixos temáticos prioritários são fundamentados pela política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar o consumo de produtos que gerem impactos socioambientais significativos (BRASIL, 2016).

Deste modo, a UFT, além de cumprir os dispositivos legais que norteiam a elaboração dos PLSs por meio de instrumentos jurídicos, também avança no sentido de promover a construção de espaços de trabalhos, estudos e vivências voltados para a sustentabilidade, a qualidade de vida e a sociabilidade por meio de projetos, ações e metas que fazem desta IFES uma instituição comprometida com o meio ambiente e com prática de vida saudáveis para esta e as próximas gerações.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Promover planos, projetos e ações que possibilitem a implantação de um novo modelo de cultura institucional que vise à inserção de critérios de sustentabilidade e economicidade nas atividades da administração pública, buscando desenvolver métodos novos que adotem os 5R's da Agenda A3P, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sensibilizar a comunidade universitária para melhorar a qualidade dos gastos públicos por meio do consumo consciente com uma gestão adequada dos processos de compras e licitações sustentáveis;
- Implantar nas edificações da UFT as novas tecnologias energéticas e hidráulicas, para ter mais eficiência e diminuição dos gastos com água e energia;
- Fomentar a gestão integrada de resíduos, inclusive sua destinação e disposição ambientalmente adequada;
- Incentivar a capacitação da comunidade acadêmica da UFT quantos aos processos sustentáveis;
- Promover a qualidade de vida no âmbito dos espaços públicos da UFT; melhorar o conforto ambiental, psicológico e social;
- Reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos

recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais.

- Aprimorar o processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações considerando o desenvolvimento sustentável no âmbito da UFT;
- Inserir nos Câmpus da UFT a coleta dos resíduos recicláveis para destinar às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
- Promover a coleta de sementes de árvores nativas para futuro plantio na universidade;
- Aprimorar as ações gerenciamento e de redução dos resíduos perigosos;
- Promover a devolução de materiais, passíveis de logística reversa ao seu ciclo de vida;
- Ampliar as parcerias público e privadas (prefeituras, cooperativas de catadores e empresas de coleta) para melhorar a gestão dos resíduos na universidade;
- Monitorar a adoção de critérios de sustentabilidade de todos os planos, projetos e ações apresentados no PLS;
- Implantar as ações do PLS baseada nas áreas de Gestão energética eficiente, Gestão da arquitetura da paisagem e Gestão de saneamento ambiental.

3. SITUAÇÃO ATUAL - PLANO DE GESTÃO E LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFT

Foi criada, em 26 de agosto de 2013, a comissão de servidores da Universidade Federal do Tocantins – UFT que daria início à elaboração do PGLS – Plano de Gestão e Logística Sustentável da UFT, levando como base a Instrução Normativa nº 10 criada em 12 de novembro de 2012 e elaborada pelo MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (BRASIL, 2013).

Por regra, esta comissão deve ser formada por no mínimo 3 servidores de diferentes setores da instituição e, partir destes, elaborarem as unidades do PGLS conforme as necessidades dos respectivos ambientes de trabalho, sob os critérios básicos de (BRASIL, 2013):

1. Implementação de práticas de sustentabilidade;
2. Coleta seletiva de resíduos;
3. Práticas de compras sustentáveis;

4. Promoção da economia e racionalização dos gastos públicos por meio dos métodos preconizados na A3P;

5. Adoção dos princípios da 5R's; e

6. Elaboração de inventários de todos os bens e produtos de suas unidades para futura substituição por outros advindos de processos produtivos com menor impacto ambiental;

Desta forma, o objetivo geral da PGLS UFT é promover ações que possibilitem a implantação de um novo modelo de cultura institucional que vise a inserção de critérios de sustentabilidade e economicidade às atividades da administração pública institucional, bem como buscar desenvolver métodos novos que adotem os 5R's da A3P (BRASIL, 2013).

As perspectivas de mudanças com a implantação do projeto no âmbito da instituição de referência estão fundamentadas em 4 pontos principais (BRASIL, 2013):

1. Nova Cultura de Gastos Públicos;

2. Nova Visão de Gestão;

3. Valorização do Órgão; e

4. Combate ao desperdício.

Para o Plano de Ação, parte principal do PGLS, foram determinados 7 aspectos que precisam de mudanças com maior urgência no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, definindo-se para cada um deles os seguintes itens: (a) ações, (b) objetivos, (c) setor responsável, (d) entidades parceiras, (e) operacional e (f) cronograma (BRASIL, 2013). Os aspectos selecionados foram: (1) Coleta Seletiva, (2) Material de Consumo, (3) Energia Elétrica, (4) Água e Esgoto, (5) Qualidade de Vida nos Ambientes, (6) Social e Educacional e (7) Compras (BRASIL, 2013).

4. METODOLOGIA

Num primeiro momento foi feita coleta de dados referentes ao patrimônio dos Câmpus, no ano de 2013, com atualização do inventário de bens materiais no ano de 2016 e aos processos de compras. Após análise destes dados, os membros da comissão serão os responsáveis em fomentar essa discussão em cada Câmpus e com a administração superior, das metas propostas já discutidas nesta presente atualização para que finalmente se operacionalize o Plano de Ação de Logística Sustentável da UFT.

A presente atualização do PLS da UFT iniciou-se por meio da reinstituição da comissão, com Portaria nº 1699 publicada no Boletim Interno da UFT no dia 31/08/2017. Foi realizada de uma reunião no dia 30 de agosto de 2017, no Câmpus de Palmas da UFT, nessa reunião foi iniciada os trabalhos de revisão de todos os programas, projetos e ações do PLS, com foco desenvolvimento sustentável da UFT considerando a atual situação econômica do país e da instituição.

Para melhor controlar as ações do PLS, dividiu-se em três grandes eixos norteadores, que são: Gestão energética eficiente, Gestão da arquitetura da paisagem e Gestão de saneamento ambiental. Todas as ações, programas e projetos serão incluídos nesses grandes eixos.

O acompanhamento das ações do PLS será feito por meio da Diretoria de Sustentabilidade e Meio ambiente, que é o setor responsável por monitorar e elaborar os relatórios de controle discutidos e aprovados em reuniões periódicas entre os membros da Comissão elaboradora do Plano e nesses encontros será feita a avaliação dos resultados das ações propostas com correções e ajustes de metas quando necessário.

É importante definir nessa presente metodologia os horizontes temporais de planejamento. Assim definimos:

- Imediato – 1 ano para a execução
- Curto prazo – até 2 anos para execução
- Médio prazo – 2 a 4 anos para execução
- Longo prazo – 5 a 8 anos para execução
- Contínuas

Será elaborada uma proposta de Resolução para o Conselho Universitário (CONSUNI) da UFT com o objetivo de consolidar o PLS como instrumento de gestão e que regulamente as atribuições dos membros da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA ATUALIZAÇÃO DO PLS

MESES	ATIVIDADES
Agosto de 2017	<ul style="list-style-type: none">• Publicação da PORTARIA Nº 1.699, DE 29 DE AGOSTO DE 2013, Publicada BO/UFT- 31/08/2013. Que constituiu a comissão para a atualização do Plano de Logística Sustentável da UFT.

Agosto de 2017	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião para a rediscussão do Plano de Logística Sustentável – PLS; •
Setembro e Novembro de 2017	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação à Reitoria e ao CONSUNI do Plano de Logística Sustentável da UFT. • Atualização do inventário de bens e materiais da UFT. • Levantamento das despesas (água, luz, telefone, material de consumo ex: copos de plásticos, dentre outros).
Novembro de 2017 a Janeiro de 2018	<ul style="list-style-type: none"> • Correção do PLS • Discussão entre os membros do GT • Elaboração da Minuta da Resolução CONSUNI • Discussão e elaboração dos Indicadores
Fevereiro 2018	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento para a SOCS do PLS e Minuta de Resolução do CONSUNI
Março 2018	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e divulgação do Relatório anual do PLS.

6. PLANO DE AÇÃO

6.1. GESTÃO ENERGÉTICA EFICIENTE

6.1.1. ENERGIA ELÉTRICA

A Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal – estabelece que as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia devem ser elaborados visando à redução do consumo de energia, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como: uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica apenas nos ambientes onde for indispensável; automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença; uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes; energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água; sistema de medição individualizado de consumo de água e energia.

Ações	Objetivos	Setor Responsável	Entidades Parceiras	Custos Estimados	Prazos
Implantar sistemas alternativos de geração de energia (geradores, postes solar, placas solares, etc).	Reduzir os gastos com energia elétrica e educar a comunidade ao consumo consciente.	PU e Prefeituras do Câmpus	ENERGISA, CREA, CAU, IAB.	R\$ 1.000.000,00 /ano	Médio prazo
Realizar as-built das instalações elétricas e hidráulicas para aperfeiçoar os sistemas.	Reduzir os gastos e melhorar a qualidade do espaço construído.	PU	Coordenação dos cursos. Laboratório de	R\$300.000,00	Contínuo

			engenharia, Laboratório de Arquitetura, CREA, CAU, IAB.		
Substituir lâmpadas, reatores e luminárias existentes por outras com maior eficiência.	Reduzir os gastos e melhorar a qualidade do espaço construído.	PU	PROCEL, fabricantes de lâmpadas	R\$ 50.000,00/ano	Contínuo
Substituição e aquisição de equipamentos de ar-condicionados por modelos com gás verde e selo IMMETRO/PROCEL de baixo consumo energético.	Reduzir os gastos e reduzir consumo energético e minimizar o impacto ambiental.	DIRAD	-	R\$ 500.000,00/ano	Contínua
Automatização das instalações elétricas (sensores, temporizadores, centrais programáveis, etc.)	Reduzir os gastos, consumo e o impacto ambiental.	PU	Empresas privadas	R\$ 100.000,00/ano	Contínua
Instalação de medidores individualizados de energia por bloco	Controlar os gastos de energia de forma individualizada	PU	ENERGISA	R\$ 50.000,00/ano	Contínua
Instalar sensor de presença em locais estratégicos.	Promover ações de economia e uso eficiente de energia.	PU		PU	Médio Prazo

Na compra de equipamentos, utilizar como critério a presença de selo de eficiência energética Procel com nível de eficiência A.	Promover ações de economia e uso eficiente de energia.	PU		Setor de Compras e PU	Curto Prazo
Promover campanhas de conscientização para toda a comunidade acadêmica visando especificamente a racionalização da energia elétrica, sendo exemplos de incentivo: usar escadas em vez de elevadores, apagar a luz ao sair das salas de aula, banheiros e escritórios, utilizar ar condicionado de forma racional e apenas quando houver necessidade, entre outros.	Promover ações de economia e uso eficiente de energia.	DICOM, DSMA		DICOM, DSMA	Imediato

Riscos e desafios

São dificuldades encontradas na aplicação das ações sugeridas:

- A falta de conscientização e educação ambiental das pessoas para a importância de economizar energia.
- O elevado custo da implantação das lâmpadas LED: pelo fato de ser uma tecnologia nova, há necessidade de estudar sua viabilidade e retorno de investimento.

- Existem contradições entre as Instruções Normativas que adotam critérios de sustentabilidade e as imposições da Lei nº 8666/93, que estabelece o critério de baixo custo em licitações; como a adoção de critérios de sustentabilidade muitas vezes implica em aumento no custo do produto, os critérios elencados pelas Instruções Normativas podem limitar a competitividade.

6.2. GESTÃO DA ARQUITETURA DA PAISAGEM

A sustentabilidade inclui a preservação ambiental como estratégia fundamental à manutenção de serviços ecossistêmicos gratuitos (i.e., purificação do ar, controle térmico, equilíbrio do ciclo hidrológico, formação e estabilização do solo, polinização, ciclagem de nutrientes etc) tão indispensáveis à sobrevivência e à qualidade de vida também do ser humano. Dentre todos os problemas socioambientais, a degradação de habitats naturais e a consequente perda de biodiversidade representam danos irreversíveis, porque o conhecimento científico e as tecnologias atuais não são suficientes para reconstruir ecossistemas naturais inteiros.

Consciente de que o processo de construção e ampliação da universidade ao longo de seus 16 anos de existência acarretaram impactos ambientais visíveis nos solos nus e na perda da cobertura vegetal do cerrado original, a gestão atual considerou necessário de elaborar e implantar o projeto paisagístico sustentável que trará mudanças significativas para a comunidade acadêmica e para o ambiente natural. Nasceu assim a proposta “Câmpus Verde” que já foi aprovado pelo Condir e está sendo implantado. Coube ao Laboratório de Arquitetura da Paisagem – LAP, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo a responsabilidade de elaborar a proposta de um projeto paisagístico sustentável para a UFT, com o objetivo de melhorar e adensar a cobertura arbórea dos espaços livres da universidade, criando também um jardim botânico com espécies do cerrado tocantinense. Esta proposta tem a intenção de promover a educação ambiental da comunidade acadêmica e de visitantes, assim como melhorar substancialmente os locais de convivência do Câmpus, seus caminhos e sistema viário, considerando o bem-estar do pedestre, ciclistas e motoristas.

6.2.1. SOCIAL E EDUCACIONAL

Ações	Objetivos	Setor Responsável	Entidades Parceiras	Custos Estimados	Prazos
Incentivo ao uso de bicicletas	Reduzir a utilização do carro, reduzir a poluição, melhoria da saúde e qualidade de vida.	DICOM, Gabinete, PROGEDEP e os Câmpus e LAP	Cooperativa dos ciclistas municipais, grupos ligados ao ciclismo. Bancos, telefônicas	R\$ 10.000,00	Curto prazo
Educação a prevenção de doenças e cuidados com a saúde (esportes, ginástica laboral, etc.)	Prevenção à saúde	DICOM, PROEX e PROGEDEP	Junta Médica, SIASS, curso de nutrição e educação física	R\$ 30.000,00/ano	Contínua
Elaborar ações comunitárias voltadas para educação ambiental	Educar a população quanto à importância da sustentabilidade	DICOM, Rádio Universitária e LAP	Coordenações dos cursos e laboratórios de pesquisa das áreas afins	R\$ 10.000,00/ano	Contínua
Ações comunitárias de coleta de sementes e de plantio de árvores nativas nos períodos apropriados, através de projetos de extensão	Educar a população acadêmica e externa quanto a importância	Cursos, DICOM, Rádio Universitária,	Cursos, Laboratórios de Pesquisa e	R\$ 20.000,00/ano	Contínua

	da preservação das espécies nativas do cerrado	Laboratórios de Pesquisa	Viveiros públicos e privados		
--	--	--------------------------	------------------------------	--	--

6.2.1. QUALIDADE DE VIDA NOS AMBIENTES

Sustentabilidade está relacionada ao desenvolvimento social e econômico associado à qualidade de vida da população sem comprometimento ambiental. A responsabilidade social da instituição deve refletir boas condições de trabalho para seus funcionários, investindo no desenvolvimento do capital humano. Os procedimentos voltados para atenção e cuidado com a saúde dos trabalhadores são de grande importância, já que podem influenciar o desempenho da instituição, a qualidade de vida no ambiente de trabalho, bem como diminuir o processo de adoecimento e de afastamentos do trabalhador; aumentar a capacidade de geração de inovações; e facilitar o desenvolvimento de maior conhecimento e habilidades humanas.

Ações	Objetivos	Setor Responsável	Entidades Parceiras	Operacional	Cronograma
Redução dos ruídos emitidos por equipamentos elétricos e eletrônicos	Reduzir a poluição sonora.	DTI, CSE, DIRAD	Laboratórios da UFT	Manutenção e/ou substituição dos equipamentos. Criar oficina de pequenos reparos nos Câmpus	Médio prazo
Utilização de matérias de piso, revestimento e forro com propriedades acústicas.	Reduzir a poluição sonora.	DTI, CSE	Empresas privadas	Especificar matérias e suas tecnologias e	Médio prazo

				elaborar licitação. Utilizar o contrato de manutenção predial	
Utilização de matérias de piso, revestimento, forro e pintura com propriedades de redução térmica.	Reduzir a temperatura interna.	DOC, PU	-	Especificar matérias e suas tecnologias e elaborar licitação. Utilizar o contrato de manutenção predial	Médio prazo
Aumento de área sombreada das áreas de transição entre prédios dos Câmpus.	Melhorar o conforto de tráfego interno	DOC, PU	Prefeituras Municipais	Aquisição de passarelas e plantio de árvores. Utilizar o contrato de manutenção predial Elaborar licitação específica.	Contínua

Criação de ciclovias e calçadas de caminhada nos Câmpus	Incentivar o uso de meios de transportes não poluentes	PU e LAP- laboratório de Arquitetura da Paisagem	-	Utilizar o contrato de manutenção predial Elaborar licitação específica.	Médio prazo
Construção de vestiários com armários	Suprir a carência deste e incentivar aqueles que se dirigem as instalações da UFT através de bicicletas ou caminhando.	PU	-	Utilizar o contrato de manutenção predial Elaborar licitação específica.	Longo prazo
Instalar bicicletários	Incentivar o uso da bicicleta	PU	Empresas Privadas	Utilizar o contrato de manutenção predial.	Médio prazo
Construção de academias ao ar-livre (Workout)	Melhorar a qualidade física de funcionários e alunos	DOC, PU	Prefeituras Municipais Empresas Privadas	Utilizar o contrato de manutenção predial Elaborar licitação específica.	Longo prazo
Elaborar projeto de requalificação espacial dos	Melhorar a qualidade	DOC, PU	-	Elaboração de	Curto prazo

prédios existentes (retrofit).	dos espaços internos, otimizando sua utilização e reduzindo custos em gerais.			projetos e licitação Se possível concurso público.	
Ergonomia do mobiliário	Utilização de móveis adequados para a prestação de trabalho sem impacto a saúde.	DIRAD	Junta médica, cursos da área da saúde.	Elaborar estudo detalhado dos moveis como cadeiras e mesas, para posterior compra através de licitação.	Contínua
Pintar paredes, pisos e tetos de cores claras e acetinadas.	Obter ganho luminoso reduzindo a potencia das lâmpadas, logo reduzindo gastos.	PU	-	Utilização do contrato de manutenção predial.	Médio prazo
Elaboração de um Plano de Gestão Sustentável das áreas verdes.	Instituir plano de gestão sustentável das áreas verdes nas Unidades da UFT	Engenharia Ambiental e Arquitetura e Urbanismo Laboratório de Arquitetura da Paisagem-LAP			Curto Prazo

Aplicação e manutenção do Plano de Gestão supracitado.	Instituir plano de gestão sustentável das áreas verdes nas Unidades da UFT	Câmpus, PU e DSMA		Câmpus, PU e DSMA	Curto Prazo
Criação de espaços/programas para conservação ecológica e práticas educativas sustentáveis	Instituir plano de gestão sustentável das áreas verdes nas Unidades da UFT	DICAM e DSMA		DICAM e DSMA	Médio Prazo

Riscos e Desafios

- Carência de recursos humanos e financeiros para a elaboração e aplicação do plano de gestão sustentável das áreas verdes, incluindo a criação e manutenção de espaços destinados à divulgação da conservação ecológica e práticas sustentáveis.
- As unidades da Universidade apresentam distintas características em relação à organização e ao ambiente de trabalho. Esta realidade pode estender o tempo necessário para identificar os fatores que influenciam a qualidade de vida no ambiente de trabalho.
- O elevado número de servidores que atualmente trabalham na UFT, a distribuição em diferentes unidades e a distância entre os Câmpus pode dificultar o acesso de todos os trabalhadores no Programa.
- A percepção da comunidade acadêmica sobre a relação entre preservação ambiental, sustentabilidade e qualidade de vida/no trabalho.

6.3. GESTÃO EM SANEAMENTO AMBIENTAL

6.3.1. RESÍDUOS SÓLIDOS E COLETA SELETIVA

De modo geral, o programa de gestão dos resíduos em universidades tem como objetivo desenvolver ações relacionadas a resíduos gerados nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão. Coleta seletiva é definida no art. 3º, V, da Política Nacional de Resíduos Sólidos como “a coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição” (BRASIL, 2010).

Para instituir a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis foi promulgado o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

Ações	Objetivos	Setor Responsável	Entidades Parceiras	Operacional	Cronograma
Fazer levantamento de equipamentos não utilizados pela UFT (todos os Câmpus e Reitoria) que poderiam ser doados para Instituições sem fins lucrativos.	Diminuir os resíduos eletrônico e proporcionar a reutilização dos mesmos.	Patrimônio	Entidades Filantrópicas, Prefeituras, Coordenadoria dos Cursos de Engenharia Ambiental e Informática.	Utilizar servidores do quadro	Curto prazo
Implantar coleta seletiva conforme Resolução Conama nº 275, de 25 de abril de 2001.	Realizar coleta seletiva na instituição e instituir a coleta seletiva solidária, como meio de redução	Câmpus, PU e DSMA	Prefeituras Municipais	Câmpus, PU e DSMA	Curto Prazo

	quantitativa de resíduos Curto prazo enviados para aterro sanitário e auxílio à comunidade externa no que diz respeito à geração de renda.				
Promover participação da comunidade acadêmica	Realizar coleta seletiva na instituição e instituir a coleta seletiva solidária, como meio de redução quantitativa de resíduos enviados para aterro sanitário e auxílio à comunidade externa no que diz respeito à geração de renda.	DICOM e DSMA	Prefeituras Municipais	DICOM e DSMA	Curto prazo
Aumentar a quantidade de coletores de pilhas, baterias e baterias de celular.	Destinação correta de resíduos.	PU	-	Utilização do contrato de manutenção predial	Médio prazo
Promover a destinação sustentável de baterias (pilhas) e lixo eletrônico	Reduzir resíduos tóxicos.	CSE	Cooperativas, PET	O PET entra em contato com as cooperativas para recolhimento.	Já em ação

Promover a destinação de lixo reciclável	Destinação correta de resíduos.	CSE	Cooperativas, PET	Instruir a empresa de limpeza e conservação	
Difundir informações quanto à segregação do lixo reciclável	Educar a comunidade	DICOM	PET	Campanhas educacionais	Curto prazo
Reaproveitamento do verso das folhas impressas sem utilização para confecção de blocos de rascunho.	Diminuição de gastos com papel	DICOM	-	Campanhas educacionais	Imediato
Substituir a utilização de copos descartáveis por canecas ou garrafas térmicas	Reduzir o uso de copos descartáveis	DICOM, CRM	-	Campanha adote sua caneca/garrafa	Curto prazo
Gerar menor quantidade de resíduo com destinação inadequada.	Dispor menos resíduos sólidos	Câmpus, PU e reitoria		Câmpus, PU e reitoria	Curto prazo
Orientar de forma adequada todos os profissionais da limpeza.	Dispor menos resíduos sólidos	PROGEDEP e PU		PROGEDEP e PU	Curto prazo
Melhorar gerenciamento de resíduos de serviço de saúde	Dispor menos resíduos especiais	Câmpus, DSMA e HU		Câmpus, DSMA e HU	Curto prazo
Melhorar gerenciamento de resíduos de	Dispor menos resíduos	Câmpus, DSMA e		Câmpus, DSMA	Curto prazo

construção civil	sólidos especiais	PU		e PU	
------------------	-------------------	----	--	------	--

Riscos e desafios

São dificuldades encontradas na aplicação das ações sugeridas:

- Para que se consiga a eficiência da coleta seletiva é necessário o apoio institucional e a efetiva adesão da comunidade acadêmica, visto que é difícil a conscientização do problema e a consequente mudança de hábito em relação ao descarte de resíduos.
- A falta de conscientização das pessoas em aplicar e cumprir o que lhe é imposto a respeito de determinado assunto.
- Na substituição de materiais com substâncias tóxicas por outros de menor toxicidade, verifica-se uma dificuldade justamente pelas contradições entre as Instruções Normativas que adotam critérios de sustentabilidade e as imposições da Lei nº 8666/93, que estabelece o critério de baixo custo em licitações; como a adoção de critérios de sustentabilidade muitas vezes implica em aumento no custo do produto, os critérios elencados pelas Instruções Normativas podem limitar a competitividade.

6.3.2. ÁGUA E ESGOTO

A água para abastecimento deve obedecer a critérios de qualidade definidos por normas nacionais ou internacionais. No Brasil, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria Nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, dispõe sobre os padrões de potabilidade das águas destinadas ao abastecimento. Em esfera nacional, as exigências relativas ao lançamento de efluentes em corpo receptores são estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em sua Resolução nº 357 (2005), que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

Ações	Objetivos	Setor Responsável	Entidades Parceiras	Operacional	Cronograma
Analisar viabilidade de reaproveitamento de águas cinza e negra.	Reduzir os gastos e reduzir o impacto ambiental.	DOC, PU	DSMA e PU	Licitar empresa especializada	Curto Prazo
Ampliação das centrais de tratamento de esgoto.	Reduzir os gastos e reduzir o impacto ambiental.	DOC, PU	Direção dos Câmpus, DSMA e PU	Elaboração de projetos e licitação	Médio Prazo
Perfurar poços artesianos (ou semi) em áreas onde são permitidos.	Reduzir os gastos	DOC, PU	PU	Elaboração de projetos e licitação	Longo Prazo
Automatização das instalações hidrossanitárias (Torneiras, vasos, esgoto, etc.)	Reduzir os gastos e reduzir o impacto ambiental.	DOC, PU	PU	Elaboração de projetos e licitação	Médio Prazo
Promover a conscientização da importância da água e a viabilidade de fontes alternativas de uso deste recurso, por meio de campanhas educacionais para os discentes, docentes e servidores da UFT.	Proporcionar o uso racional do recurso água	DICOM, DSMA		DICOM, DSMA	Contínua e Imediata
Pesquisar a viabilidade do reuso de água de chuva para irrigação, descargas e limpeza em	Proporcionar o uso racional do recurso	PU, Câmpus, DICOM e DSMA		PU, Câmpus, DICOM e DSMA	Curto Prazo

geral. Vale ressaltar que este processo necessita de uma análise qual quantitativa da água.	água				
Realizar um levantamento do consumo de água das unidades da UFT.	Proporcionar o uso racional do recurso água	PU e DSMA		PU e DSMA	Curto prazo
Elaborar Relatório Técnico-Financeiro do consumo de água e gastos com eventuais tratamentos.	Proporcionar o uso racional do recurso água	PU e DSMA		PU e DSMA	Curto prazo

Riscos e desafios

As principais dificuldades e barreiras incluem questões como:

- Outorga: empecilhos diretamente ligados à demora na solicitação;
- Inexistência de medição nos poços existentes;
- Custos de implantação da Estação de Tratamento de Água – ETA e da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE: as estações podem levar a um enriquecimento da comunidade acadêmica por meio da realização de pesquisas. Em contrapartida, as estações possuem um alto custo de instalação, operação e manutenção, dessa forma necessita-se de uma análise da viabilidade econômica para a sua implantação.

6.3.3. MATERIAL DE CONSUMO

A Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19 de janeiro de 2010; seu artigo 5º determina que “Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental”:

I - Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR nº 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Meteorologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV - Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentrações acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction os Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Ações	Objetivos	Setor Responsável	Entidades Parceiras	Operacional	Cronograma
Aquisição de impressoras que imprimam no modo frente e verso.	Reduzir o consumo de papel	DTI, CRM e DIRAD.	DIRAD	Aumentar o nível de especificações na aquisição destes materiais.	Já em ação
Utilização sustentável das impressoras.	Reduzir o consumo de papel	DTI	DTI e DIRAD	Educar todos os setores quanto a utilização deste	Imediato

				procedimento	
Promover um descarte sustentável de cartuchos e toners.	Reduzir resíduos tóxicos.	DIRAD	Empresa terceirizada DTI	Instruir a empresa de aluguel de impressoras	Imediato
Aquisição de fragmentadora de papel.	Reduzir o volume dos resíduos de papel	CRM	-	Elaborar Licitação	Curto Prazo
Doar materiais que não possam ser reaproveitados no órgão ou fazer convênios com órgãos não governamentais.	Otimizar o processo de aquisição, disponibilização e uso de material de consumo, incluindo os critérios de sustentabilidade.	PROAD		Patrimônio – Diretivas operacionais	Imediato
Realizar compras em larga escala, uma vez que os critérios de sustentabilidade são mais facilmente atendidos.	Otimizar o processo de aquisição, disponibilização e uso de material de consumo, incluindo os critérios de sustentabilidade.	PROAD		Setor de Compras	Médio Prazo
Combater o desperdício, promovendo o uso racional e a reutilização de materiais, gerando assim menos resíduos.	Diminuir despesas com compras de materiais e promover o consumo	Câmpus e Reitoria			Curto Prazo

	consciente				
--	------------	--	--	--	--

Riscos e desafios

De acordo com a Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, o primeiro item a ser averiguado para a aquisição de um material é o preço, o que dificulta o processo de escolha de materiais sustentáveis ou para substituição. Esta dificuldade pode ser minimizada se houver uma descrição do objeto com características voltadas à sustentabilidade que agregue valor substancial a sua produção estabelecendo-se um parâmetro na análise do objeto diferenciando-o.

Uma das dificuldades encontradas foi quanto ao orçamento das obras, pois muitos dos critérios de sustentabilidade implicam em orçamentos mais elevados, o que pode até ser revertido em análise do custo/benefício e retorno do investimento, todavia, por serem tecnologias novas exigem maiores estudos sobre a viabilidade de serem adotadas.

Outra barreira encontrada para aquisição de materiais sustentáveis não está diretamente ligada à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19 de Janeiro de 2010. Os critérios de sustentabilidade exigidos no artigo 5º da IN nº 1, são seguidos, porém ainda há dificuldades para a aquisição desses materiais sustentáveis devido à falta de cultura voltada às políticas de sustentabilidade dentro da Instituição.

6.3.4. COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Compras públicas sustentáveis busca integrar critérios ambientais, sociais e econômicos a todos os estágios do processo de licitação. Uma compra é sustentável quando o comprador considera a necessidade real de efetuar a compra, as circunstâncias em que o produto visado foi gerado, levando em conta os materiais e as condições de trabalho de quem o gerou e uma avaliação de como o produto se comportará em sua vida útil e a sua disposição final (ICLEI, 2014).

Ações	Objetivos	Setor Responsável	Entidades Parceiras	Operacional	Cronograma
Licitações sustentáveis	Comprar produtos e contratar serviços com ênfase sustentável	CRM, DIRAD	Green Building Council Brasil, Ministério do Planejamento, CEF.	Incorporar medidas sustentáveis aos contratos e licitações públicas.	Imediato
Certificação de obras públicas (Exigir que as construtoras possuam políticas sustentáveis incorporadas em seus planos operacionais e de ações de redução de impacto.)	Garantir que as novas obras atendam os requisitos da sustentabilidade	DOC	Green Building Council Brasil, Ministério do Planejamento, CEF.	Elaborar projetos de acordo com as exigências da certificação LEED (GBCB) e Azul (CEF).	Médio Prazo
Realizar um planejamento de compra anual, especificando os itens sustentáveis similares a serem adquiridos;	Otimizar o processo de aquisição e uso de material permanente, incluindo os critérios de sustentabilidade.	PROAD		Setor específico da PROAD deverá ser capacitada	Curto Prazo
Reduzir a aquisição de materiais permanentes que não atendam aos critérios de sustentabilidade;	Otimizar o processo de aquisição e uso de material permanente,	PROAD			Curto Prazo

	incluindo os critérios de sustentabilidade				
Realizar compras em larga escala, uma vez que os critérios de sustentabilidade são mais facilmente atendidos.	Otimizar o processo de aquisição e uso de material permanente, incluindo os critérios de sustentabilidade	PROAD		Setor específico da PROAD deverá ser capacitada	Médio Prazo

Riscos e Desafios

Muitas das recomendações ainda não vinham sendo atendidas diante de dificuldades impostas pelo § 1º do Art. 3º da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, pois muitas vezes, ao se exigir a adoção de determinados critérios, corre-se o risco de limitar a competitividade, considerando que muitos dos fornecedores/licitantes ainda não atendem aos critérios previstos nas normas, afastando-os do processo licitatório.

Outro desafio refere-se ao orçamento, pois muitos dos critérios de sustentabilidade implicam em orçamentos mais elevados, o que pode até ser revertido em análise do custo/benefício e retorno do investimento, todavia, por serem tecnologias novas exigem maiores estudos sobre a viabilidade de serem adotadas.

7. PERSPECTIVAS DE MUDANÇA COM A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

NOVA CULTURA DE CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS – Execução das despesas de forma eficiente por meio da introdução da variável socioambiental, de comando e controle do orçamento da instituição;

NOVA VISÃO DE GESTÃO – Execução eficiente da despesa mediante a pactuação de resultados com o estabelecimento de metas de redução de despesas;

VALORIZAÇÃO EFETIVA DA GESTÃO EFICIENTE- Reconhecimento (financeiro) às economias obtidas pelos Câmpus, por meio da devolução de até 50% do resultado alcançado a ser aplicado na melhoria da qualidade dos gastos;

COMBATE AO DESPERDÍCIO – com a implantação deste projeto espera-se criar e disseminar informações junto aos servidores públicos, quanto a eficiência do gasto por meio do combate ao desperdício de recursos.

8. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS

Para operacionalizar o desenvolvimento sustentável, Bellen (2006) destaca a necessidade de desenvolver e aplicar sistema de indicadores ou ferramentas de avaliação que buscam mensurar a sustentabilidade. Esta prática da gestão socioambiental, segundo Fonseca et al. (2011), já é norma entre as maiores empresas do mundo, que, em resposta às expectativas da sociedade, passaram a avaliar e divulgar periodicamente as informações de natureza econômica, social e ambiental, por meio de relatórios de sustentabilidade.

A elaboração do PLS foi regulamentada pela IN nº 10 (Brasil, 2012), que determina alguns temas mínimos a ser abrangido, orienta como elaborar o Plano de Ações Socioambientais, e ainda trata sobre a avaliação dos resultados, que deve ocorrer por meio da aplicação de indicadores.

Para realizar a avaliação da sustentabilidade no que concerne aos temas mínimos do PLS, a IN nº 10 (Brasil, 2012) solicita que os resultados sejam mensurados com base em indicadores, os quais devem conter: nome, fórmula de cálculo, fonte de dados, metodologia de apuração e periodicidade de apuração. O objetivo da mensuração, segundo Bellen (2006), é auxiliar os tomadores de decisão na avaliação de seu desempenho em relação às metas estabelecidas, fornecendo bases para o planejamento de futuras ações. E neste processo, os indicadores são uma importante ferramenta, pois, por meio deles, será possível monitorar os progressos da sociedade rumo ao desenvolvimento sustentável. Na Tabela abaixo apresenta os principais indicadores que serão utilizados para controle do PLS da UFT.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE POR CÂMPUS E REITORIA			
APEL E TONER	NOME	FONTE DE DADOS	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO
	Valor gasto com papel A4 branqueado	Almoxarifado	Mensal e anual
	Valor gasto com papel A4 reciclado	Almoxarifado	Mensal e anual
	Consumo de papel	Almoxarifado	Mensal e anual
	Consumo de Toner	Almoxarifado	Mensal e anual
Copos Descartáveis	Valor gasto com copos descartáveis	Almoxarifado	Mensal e anual
	Consumo de Copos descartáveis	Almoxarifado	Mensal e anual
Energia Elétrica	Consumo de energia elétrica		Mensal e anual
	Gasto com energia elétrica		Mensal e anual
	Adequação do contrato de demanda (fora de ponta)		Mensal e anual
	Adequação de contrato (fora de ponta)		Mensal e anual
	Lâmpadas econômicas instaladas		
	Instalações de sistemas de produção de energia		Mensal e anual
Água e Esgoto	Número de medidores instalados		Mensal e anual
	Volume de água utilizada		Mensal e anual
	Consumo per capita		Mensal e anual
	Gasto de água		Mensal e Anual
	Torneiros economizadoras instaladas		Anual
	Índice de esgoto tratado		Anual
Deslocamento de pessoal	Valor gasto com diárias		Mensal e anual
	Valor gasto com passagens		Mensal e anual
	Valor gasto com combustível		Mensal e anual
	Consumo de combustível		Mensal e anual
	Realização de vídeo conferências		Mensal e anual
Resíduos Sólidos	Papel e papelão encaminhados para reciclagem		Mensal e anual
	Plásticos encaminhados para reciclagem		Mensal e anual
	Acompanhamento de Programas de coleta seletiva	Câmpus e DSMA	Mensal e anual
	Destinação de resíduos Eletrônicos	Patrimônio, DMSA, Câmpus	Anual
	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e de Saúde (PGRSS)	DSMA	Anual
Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho	Índice de avaliação ergométrica do mobiliário	PROGEDEP	Mensal e anual
	Índices de instalações adaptadas para PNE		Anual
	Atestados de doenças ocupacionais	PROGEDEP	Mensal e anual
	Dias de atestados por doenças ocupacionais	PROGEDEP	Mensal e anual
	Acidentes de trabalhos	PROGEDEP	Mensal e anual
	Remoções e Redistribuições	PROGEDEP	Anual
	Índices de rotatividade	PROGEDEP	Mensal e anual

	Satisfação de servidores	PROGEDEP	Anual
	Gastos com as atividades voltadas para a Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	PROGEDEP	Anual
	Participação de servidores em eventos de QVT		Mensal e anual
Sensibilização e capacitação	Índices de Servidores capacitados		Anual
	Índices de servidores, estagiários e terceirizados capacitados em uso racional de recursos e bens públicos		Anual
	Índices de servidores, estagiários e terceirizados capacitados em gestão de resíduos		Anual
	Índices de servidores, estagiários e terceirizados capacitados em licitações sustentáveis		Anual
Licitações e Obras sustentáveis	Gasto com aquisição de produtos para almoxarifado		Mensal e anual
	Gasto com bens móveis		Mensal e anual
	Gasto com manutenção predial		Mensal e anual
	Auditorias socioambientais realizadas		Mensal e anual
	Numero de recomendações da auditoria		Mensal e anual
	Índice de processos licitatórios para aquisição com exigências socioambientais		Mensal e anual

A UFT, após implementar o PLS, deve elaborar relatório de monitoramento do mesmo de forma a evidenciar o seu desempenho. Será utilizado um mesmo monitoramento, com periodicidade semestral para subsidiar todos os programas e as informações do relatório com a verificação das práticas implementadas, consolidando, assim, os resultados alcançados, ou seja, comparar os cenários inicial e final após o PLS, por meio dos indicadores de desempenho das ações e metas estabelecidas. Para este processo, será enviada aos setores responsáveis uma planilha padrão, conforme modelo (Figura 3), na qual os responsáveis por cada meta e ação informarão sobre o desempenho e sobre o cumprimento dos prazos.

PLANO DE AÇÃO E INDICADORES – COPOS PLÁSTICOS							CAMPUS						
INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	META	PRAZO ESTABELECIDO	PRAZO REALIZADO	RESPONSÁVEL	ARRAIAS	ARAGUAÍNA	GURUPI	MIRACEMA	PALMAS	PORTO	TOCANTINÓPOLIS
Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (centos) de copos descartáveis de 200 ml utilizados	Mensal e anual	Manter o registro realizado mensalmente pelos 7 Câmpus UFT	Rotineiro (já é realizado como rotina)		Câmpus: ADM CAMPUS. Retoria:							
Consumo de copos de 200 ml descartáveis per capita	Quantidade (centos) de de copos descartáveis / total de servidor público + discentes + terceirizados	Mensal e anual	Manter o registro realizado mensalmente pelos 7 Câmpus UFT. Para 2017 - incluir na planilha de rotina a indicação do consumo per capita por câmpus da UFT.	mar/18		Câmpus: ADM CAMPUS. Retoria:							
Gasto com aquisição de copos Descartáveis de 200 ml	Valor da fatura em reais (R\$)	Mensal e anual	Manter o registro realizado mensalmente pelos 7 Câmpus UFT	rotineiro		Câmpus: ADM CAMPUS. Retoria:							

Figura 2 – Planilha de Monitoramento (Disponível para DSMA)

Quando do envio da planilha, as colunas referentes a: Programa, Item, Metas, Ações Propostas, Indicador e Unidades Envolvidas já estarão preenchidas. O responsável pelo preenchimento no respectivo setor deve inserir dados do líder do projeto, equipe de trabalho e previsão de início e término de cada ação proposta, sendo o término já sugerido no PLS como “Prazo” de elaboração. Caso esse prazo necessite ser alterado, a alteração deve ser acompanhada de uma justificativa.

A Comissão Gestora acompanhará o monitoramento e avaliação do PLS sendo responsável por fornecer suporte e orientar a realização deste processo, identificando necessidades de atualização e aperfeiçoamento do Plano.

Este monitoramento permitirá identificar as ações que devem ser desenvolvidas para as próximas etapas ou ainda modificadas para o próximo ano, sempre buscando seu aperfeiçoamento, atualização e melhoria contínua dos processos.

9. CONSIDERAIS FINAIS

Espera-se que com a implementação do instrumento proposto se desenvolva no âmbito da Universidade Federal do Tocantins – UFT uma nova visão de gestão com execução eficiente das despesas mediante a pactuação de resultados com o estabelecimento de metas para redução de gastos, com priorização de execução de compras das despesas de forma sustentável por meio da introdução de variáveis socioambientais.

Podemos concluir que será muito importante o envolvimento de toda a comunidade acadêmica, docentes, discentes e servidores técnicos administrativos na execução das ações propostas neste Plano de Gestão de Logística Sustentável para que boas práticas sustentáveis sejam transformadoras e extrapolem os limites dos *Câmpus*, proporcionando mudanças de comportamento que resultem em atitudes que tornem o nosso planeta mais sustentável para a nossa e para as futuras gerações.

10. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília: 5. ed., revisada e atualizada, 2009.

BRASIL. Secretaria de Orçamento Federal. **Coletânea de melhores práticas de gestão do gasto público**. Disponível em: < http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/manual_de_boas_praticas_do_gasto_publico.pdf>. Acesso em 06 de março de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cartilha da Agenda Ambiental na Administração Pública**. 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

Agenda Ambiental na Gestão Pública – A3P.

http://www.comprasnet.gov.br/noticias/noticias1.asp?id_noticia=599

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mudança de hábito: economizar para gastar melhor**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/.../0000000426.pdf. Acesso em 06 de março de 2013.

LOURENÇO, Joaquim Carlos; LIRA, Walesca Silveira. **Logística reversa: Uma análise comparativa entre três processos reversos de resíduos vítreos**. Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, Câmpusna Grande – PB, v. 2, 2012.

MACHLINE, Claude. Cinco décadas de logística empresarial e administração da cadeia de suprimentos no Brasil. **Rev. Adm. Empresa**. São Paulo, v. 51, n.3, Junte 2011.

FERREIRA, Karine Araújo; ALVES, Maria Rita Pontes Assumpção. **Logística e troca eletrônica de informação em empresas automobilísticas e alimentícias**. Prod., São Paulo, v. 15, n. 3, Dez. 2005.

VAZ, José Carlos; LOTTA, Gabriela Spanghero. A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, Fev. 2011.